

O ARGUMENTO CIVILIZATÓRIO SOBRE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA NO ROMANCE LITERÁRIO *OS ANALPHABETOS*¹ DE JOÃO GUMES (1928)

THE CIVILIZING ARGUMENT ABOUT LITERACY, READING AND WRITING IN
LITERARY ROMANCE *OS ANALPHABETOS* BY JOÃO GUMES (1928)

Anderson Carvalho Pereira²

RESUMO: O romance literário *Os Analphabetos* de João Gumes (1858-1930) publicado em 1928, em sintonia com romances de sua época, é marcado por reflexões de natureza sociopolítica sobre o Brasil. O título já indica o valor político da trama, pela qual narrador e personagens debatem tema um drama nacional: o analfabetismo. A trama se organiza em torno do embate heroico de Zézinho: de ajudante da rotina familiar na feira em Caetité-BA onde arrisca suas primeiras leituras às cenas em que a brutalidade proibitiva da leitura, feita pelo pai o obriga a fugir para Minas Gerais. O retorno à casa paterna comprova que seu pai fora enganado pelo compadre André que desviava suas cartas e ajudas. O enredo mostra, portanto, o desejo obstinado pela leitura e pela escrita, e o engajamento do protagonista para mudar a concepção do pai sobre a importância destas. A abordagem feita em torno de três temas (alfabetização, leitura e escrita) é marcada pelo argumento civilizatório do progresso nacional a ser alcançado pela alfabetização, dividido em uma reflexão sobre: anormalidade e desvio, ao comparar o analfabetismo com cegueira; bons costumes e afeto pátrio; boa moral *versus* mal; reflexões estas antenadas aos ideais higienistas da época.

PALAVRAS-CHAVE: crítica literária; estudos de romance; João Gumes; leitura; escrita.

ABSTRACT: The literary novel *Os Analphabetos* written by the Brazilian author João Gumes (1858-1930) and published in 1928 is marked by discussions about literacy, reading and writing. In this novel, narrator and characters debate relevant theme at national level: illiteracy.

¹ Todas as transcrições apresentadas como excertos do romance respeitam a grafia encontrada na obra original, escrita conforme as normas gramaticais do ano de publicação. O volume utilizado é uma reimpressão da edição original de 1928, realizada pela EDUNEB em 2014.

² Doutor em Ciências (Psicologia) pela Universidade de São Paulo – Brasil, com período sanduíche em Universidade de Paris 13-Nord (Villetaneuse) – França. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil. Bolsista PQ/CNPq 2. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1485-0095>. E-mail: apereira.uesb@gmail.com.

The hero and principal character is Zézinho, which improves your mainly activity with your father (Marcolino) in a popular market, where he knew a literate friend at the same age. Then, Zézinho starts to read a despite its forbidden by the father. After aggressions, Zézinho escapes to Minas Gerais State. After many day-to-day life difficulties, he decided to return home for visiting his parents. When, he arrived, Zézinho discovered instead transmitting letters written and send by himself to his father Marcolino, your neighbor André stolen his father, who was deceived. This event change in a little way the father's conception about literacy, reading and writing. The novel addresses these three themes through the civilizing argument of national progress, divided into a reflection on: illiteracy such as an abnormality, comparing it with blindness; good moral and patriotic affection; good versus evil moral. Therefore, this point of view follows the hygienist ideal constructed at that historical period.

KEYWORDS: literary criticism; literary novel; João Gumes; reading; writing.

1 INTRODUÇÃO

O próprio título de uma das principais obras de João Gumes (1858-1930) já denota o caráter político das reflexões que o próprio autor e a interlocução de seus personagens travam em torno de um tema dramático em nível nacional: o analfabetismo. O romance *Os Analfabetos*, publicado em 1928, narra os dramas cotidianos do casal Marcolino e Torquata nos sertões baianos, e de seu filho Zézinho.

Em sintonia com os romances da época, em que se recortam modos de falar reconhecidos como regionais ou nacionais em sua remodelagem da(s) língua(s) (HANSEN, 2000) e consagrados também sob a denominação de romance de 1930 (AMADO, 2018), a obra em questão recorta sentidos sobre o par alfabetizado/analfabeto comum à época em que a “[...] década de 1930 e até um pouco antes, surpreende o universo literário [...] com conteúdos de brasilidade inegáveis [...]” (AMADO, 2018, p.112).

Reside nas reflexões da voz do narrador e dos personagens, uma abordagem desta tríade (alfabetização, leitura e escrita) marcada pelo argumento civilizatório que defende a escrita como avanço tecnológico, guardiã da moral e progresso nacional.

Nossa proposta com este texto é aprofundar a análise de passagens da referida obra com o intuito de demonstrar de que modo o narrador constrói

argumentos e os defende situado em uma conjuntura em que predominam concepções sobre alfabetização, leitura e escrita calcadas em processos históricos e discursivos brasileiros cooptados pela conjuntura em que foi criada e posta a circular.

2 O ROMANCE LITERÁRIO OS ANALPHABETOS, DE JOÃO GUMES, E SUA CONJUNTURA

Antes de mais nada, vamos conhecer por meio de uma sinopse o enredo do referido romance. A trama se inicia com a narração de cenas em que o garoto Zézinho ajuda o pai Marcolino a levar e vender produtos agrícolas por estes produzidos, no lugarejo do Empedrado³, nos arredores de Caetité-BA, à feira da cidade. Em uma destas idas, Marcolino se incomoda ao ver Zézinho tentando ler um pedaço de papel; ação que se repetiria ao tentar ler traços no chão, bem como trocar materiais de escola e obter ajuda de outro garoto, que também frequenta a feira. Há outras cenas em que a brutalidade proibitiva do pai diante da leitura do menino contrasta com sua exigência deste último cumprir as tarefas da roça. Em face deste despotismo de Marcolino, Zézinho foge de casa e perambula por Minas Gerais até encontrar abrigo nas terras do Coronel Fidelis. Neste meio tempo, começa um processo de busca e retorno às origens compartilhado entre Zézinho, o Coronel e os trabalhadores da fazenda. Em um destes episódios, Zézinho é acusado injustamente de roubo e defendido na delegacia pelo Padre Murta. Em sua rotina, sob dependência cotidiana do Coronel Fidelis também passa a se beneficiar do ensino na escola construída nas terras deste, e se apaixona pela professora Alice com quem se casa, após retornar da terra natal. Em uma visita às origens, é comprovado que seu pai fora enganado pelo compadre André que desviava cartas e ajudas enviadas por

³ Empedrado. Este nome alude àquilo que está imbuído de pedra, de matéria mineral morta. Parado no tempo. O nome desloca a narrativa, da pedra à civilização. O nome Empedrado é recurso estilístico para o autor contrastar a pré-história, o bastidor da civilização e o avanço desta última tendo por referencial o uso da escrita.

Zézinho. A trama tem por eixo a saga deste herói que ultrapassa dificuldades em nome do desejo obstinado pela leitura e pela escrita, e de mudar a concepção do pai sobre a importância destas.

Como vamos demonstrar nesta seção, trata-se de um romance com características do romance burguês realista-naturalista (PIRES, 2011; CARPEAUX, 2012). Carpeaux (2012) comenta a influência de Geoffroy de Saint Hilaire antecessor dos ideais darwinistas consolidados após a Revolução Francesa e a consolidação do poder político, após 1830. O determinismo biológico encontra assim apoio em ideais liberais. A conjuntura de ascensão e consolidação do romance burguês pode ser enquadrada no período pós-1830 em um périplo de influência do determinismo biológico naturalista, empreendido pelas ciências naturais.

Disso decorrem influências no romance de João Gumes (1928/2014), equiparações que seriam possíveis entre fortes e fracos, civilizados e selvagens (atrasados), alfabetizados (detentores do poder da escrita) e analfabetos. Em suma, há um estabelecimento de dicotomias e de argumentos para suas supostas superações, o que explica o viés higienista da obra. Voltaremos a este ponto.

O romance em questão também é influenciado pela óptica dos “bons costumes” em diálogo com projetos civilizacionais de sua época (NOGUEIRA, 2010) de um autor idealista versado no cultivo das letras (PIRES, 2011) e preocupado com a educação do povo (REIS, 2010). A análise sobre estas participações na cultura do escrito (REIS, 2010) e sobre a construção dos personagens analfabetos (SILVA, 2018) também são valiosas para nosso debate.

O Naturalismo também se justifica como eixo de suas influências porque havia “[...] o interesse de Gumes em aproximar ideais do político republicano Rui Barbosa daquelas do escritor francês Émile Zola” (PIRES, 2011, p. 156), embora como ensina Carpeaux (2012), seja Balzac a figura mais importante da

transição do Romantismo para o do determinismo biológico e econômico do Realismo-Naturalismo.

Neste caso, Republicanismo se alinha a uma concepção de projeto civilizacional enlaçada com a prescrição de bons costumes, tal como debatida por Nogueira (2010) acerca da obra do autor. Faz parte deste espectro de deferências incluir a figura da mulher normalista, aliada neste prospecto moderno de Estado-nação Republicano. Na obra, a presença da mulher professora, normalista, decorre da instalação do projeto de Escolas Normais daquele período; inserção esta que perpassa a crítica que faz ao grande proprietário de terra e algumas descrições de personagens femininas como Torquata (esposa do bruto Marcolino, mãe de Zézinho e cúmplice dos “vícios” e “desvios” do filho, conforme a óptica paterna) e sua futura esposa Alice (professora de uma fazenda onde Zezinho se refugia), aproximando-as dos perfis ideais consagrados por uma sociedade conservadora.

No próprio romance, a descrição inicial sobre os antepassados do protagonista Marcolino resgata parte da conjuntura histórica em que se situa a trama e seu tema central. O narrador reflete sobre o dilema entre o atraso e a civilização, entre mudar o legado do bisavó luso-minhota desconfiado e que chega à região em fins do século XVIII e se vê obrigado a entrar em contato com a alta sociedade, pois “[...] o analfabetismo figurava como objeto de summa importancia” (p. 23), apesar de que o bisavô de Marcolino “atribuia ao saber ler os movimentos de revolta que se davam em Minas, que propagava a má semente nesta região sul-bahiana para onde affluam” (GUMES, 1928/2014, p. 24).

A alfabetização em par oposto ao analfabetismo passa a ganhar ao longo do ao longo do enredo e da trama do romance, portanto, essa dubiedade, este valor de contraponto ao “mal”, e é isto que vamos enfocar em nossa análise mais

adiante. Um antídoto contra o “mal” do analfabetismo ao mesmo tempo que também ameaçadora.

Pires (2011) define Gumes como um idealista apesar de haver traços regionalistas em sua obra. Esta definição da autora nos interessa mesmo porque, por vezes, como se notará mais adiante há uma visão idealista, pueril, corretiva e até ingênua do enlace entre alfabetização, leitura e escrita. As filiações políticas e intelectuais do romancista marcaram em sua trajetória ao mesmo tempo a insígnia de um “escritor-cidadão” e de um “apologista da modernidade”; pois, o Brasil teria como mostrar que é “digno posto avançado da civilização europeia” (PIRES, 2011, p. 153).

Por outro lado, ao pragmatismo que sustenta sua obra segue “A importância documental dos seus escritos” que decorre também “[...] pelo diálogo contínuo que manteve com os homens de seu tempo e com as urgências da vida social do sertão baiano” (PIRES, 2011, p. 159), sendo que o que mais nos interessa para este ensaio é destacar que “assim como outros intelectuais de seu tempo, Gumes articulou uma linguagem portadora ideais de civilização, que no seu caso encontrou terreno nos sertões baianos, e foram de muitos modos partilhados por uma elite letrada e/ou ‘bem nascida’” (PIRES, 2011, p. 166); embora não tenha pertencido à elite econômica formada pelos que tinham posses de terras (REIS, 2010).

Outro destaque feito por Pires (2011) e que justifica este artigo é a de que abordou a obra do autor pela noção de “escritor-cidadão [...] afinado com ideais liberais e modernizadores” sendo que “compete a estudo mais elaborado aprofundar as condições de sua produção, o cenário em que foi produzido e as suas intenções” (PIRES, 2011, p. 166). Por este caminho, justificamos nosso aprofundamento na questão em destaque: o argumento civilizatório sobre alfabetização, leitura e escrita no romance literário *Os Analfabetos* de João Gumes (1928/2014).

Reis (2010) explica que Gumes foi mestre-escola em fazendas da região, período em que em 1878 traduziu “Le Brésil” de Ferdinand Denis e período em que acumulou experiências para retratar em sua obra o contraste entre os universos da cidade e do campo e o predomínio do analfabetismo neste último. Também foi dramaturgo, editor e jornalista do periódico *A Penna*, instalando a primeira tipografia do Sertão baiano e acumulando uma série de atividades de cultura do escrito que incluíam a proposta de erradicar o analfabetismo em Caetité-BA.

A autora conclui que os usos de seus antepassados como os mais prementes da vida do escritor provam que a escrita serviu como dispositivo em suas relações em vida e que “[...] procurou disponibilizar esse potencial educativo, por meio do jornal e do romance, para a educação do povo” (REIS, 2010, p. 95).

O contexto de publicação da obra em questão é contemporâneo da ruptura entre Igreja e Estado ainda recente àquela época no projeto educacional brasileiro e influenciado pelas leituras que Gumes fazia em sua biblioteca particular sobre a implantação de projetos educacionais em países europeus. Em comparação, o Brasil também deveria tomar rumo próprio e em que a alfabetização aparecia como parte da ideia de civilização, ao ponto do próprio autor se referir à *Os Analphabetos* como parte de um engajamento pessoal nesta campanha (REIS, 2010); campanha esta também presente na voz do personagem padre Murta quanto testemunha em favor de Zezinho em: “Começou lembrando a actual campanha que se levanta em todo o paiz contra o analphabetismo vigente e que tende a argumentar assombrosamente.” (GUMES, 1928/2014, p. 140).

Reis (2010) destaca o engajamento do romancista em defender que o atraso civilizacional brasileiro estaria vinculado à ausência de escola, sobretudo, nos rincões, nos sertões; as luzes dos letrados serviriam, seja para

esclarecer com medicina quem acredita em curandeiros, seja para informar em seu jornal local *A Penna* sobre as vantagens a que seriam levadas as moças matriculadas na Escola Normal fundada em 1898; de todo modo, a leitura e a escrita sempre aparecem, mesmo que em situações em que analfabetos escutam as leituras em voz alta, feitas pelos alfabetizados.

Silva (2018), por sua vez, argumenta que estes diálogos com personagens analfabetos na obra de Gumes enquadram-se no diálogo dos caminhos ali traçados sobre o Brasil como nação e sua especificidade nos rincões onde se passam estas cenas. O próprio autor já se referiu ao romance como modesta contribuição a esse itinerário nacional, uma propaganda mesmo como o autor destaca no prefácio, apoiada em uma caracterização pejorativa e de culpabilidade dos personagens pela própria ignorância como forma de perpetuá-la junto do analfabetismo, com destaque ao apego à tradição, também presente em obras literárias contemporâneas àquele período. Na obra em questão, já no prefácio alerta:

[...] trata-se aqui de uma propaganda em favor da alfabetização do nosso povo como meio seguro de melhorar a sua condição e torná-lo útil a prosperidade de sua terra. Bem haja aqueles que uttimamente trabalham pela instrução e educação, pois são benemeritos da Patria (GUMES, 1928/2014, p.18).

Este ponto é relevante porque se fundamenta em uma concepção de alfabetização, leitura e escrita tecnológica, que anos mais tarde, no Brasil, ficou conhecida como a-histórica (TFOUNI, 2009). Há que se acrescentar seu enaltecimento como utilidade do “nosso povo” para a “prosperidade da terra” como forma de salvaguardar que uma decadência moral, desde que pela via da “instrução e educação” não comprometa o bom caminho para a “Pátria”. Este discurso salvacionista (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012) do higienismo na Educação da época e presente no prefácio, reaparecerá no enredo, nas falas das personagens.

Em suma, esta linguagem com ideais de civilização (PIRES, 2011) reflete em suas reflexões sobre alfabetização, leitura e escrita, seja como autor, como vimos no prefácio, e no epílogo da obra, além do enredo, seja na construção das vozes do narrador ou dos personagens.

Esta condição aparente do analfabeto como sina e as possibilidades arriscadas de mudança a serem trazidas pela alfabetização, pela leitura e pela escrita, posto que sob a linha tênue da revolta e da desordem é, ao mesmo tempo que “um bem” (alfabetização) que extirpa “um mal” (o analfabetismo) do analfabeto, uma filiação ao paradigma positivista do projeto nacional daquele período.

Este dilema entre convulsão social por meio de revoltas e a melhoria da condição de um povo instruído para servir à Pátria faz parte de uma conjuntura de remodelagem dos discursos sobre “a biodiversidade e o multiculturalismo” que são marcas nacionais forjadas desde períodos iniciais da colonização pelo olhar estrangeiro. O jogo de alteridade entre conhecer melhor o outro e indiretamente conhecer a própria nação e/ou tentar olhar com mais profundidade para a própria identidade cultural e descobrir várias camadas do olhar do outro permite resgatar algumas tramas que formam nossa identidade cultural nacional (SANTOS; MADEIRA, 1999, expressões em aspas das autoras, p. 37/38).

Em fins do século XIX, a proposta de construir um Estado-nação com identidade nacional ganha destaque. Trata-se de um movimento comum a países colonizados até aquele período, o que nos obriga a tentar se distanciar de narrativas fundadoras de uma imagem que exige crítica (SANTOS; MADEIRA, 1999).

Todavia, ainda vemos permanecer resquícios de uma auto-percepção depreciativa, como a que notamos em várias passagens do romance de João

Gumes, pois focam aspectos de atraso civilizatório identificados pelo narrador em suas reflexões sobre alfabetização, leitura e escrita.

O exercício empreendido por João Gumes na construção deste narrador reflexivo sobre a condição nacional e de reverência a estas questões em benefício da Pátria, como destacado do prefácio, foi a marca de uma *intelligentsia* (SANTOS; MADEIRA, 1999) presente em gerações de intelectuais que pensavam a ideia de nação e que, a nosso ver, também pode ser estendida para a obra em questão.

Trata-se dos intelectuais como classe, sistematizada em grupos não homogêneos, posto que não coincidem com as classes sociais e econômicas e compostos por latifundiários e herdeiros, burgueses e intelectuais flutuantes (CARPEAUX, 2012).

O conceito de *intelligentsia* tomado de empréstimo de Manheim (1974 *apud* SANTOS; MADEIRA, 1999) diz respeito aos modos dos literatos e intelectuais produzirem ideias sintetizadas e mediadoras de grupos em dada conjuntura histórica. O caso do conhecimento científico, por exemplo, além de congregar vários grupos sociais, também imprime uma racionalidade que, mesmo em obras literárias, também serve para criar narrativas ficcionais e científicas substratos para formar identidade nacional brasileira (SANTOS; MADEIRA, 1999).

Na primeira metade do século XIX há questões sobre “pátria, povo, língua e território” que na segunda metade dão lugar a questões sobre “raça e meio geográfica”. Embora tratemos de um romance de início do século XX ficará mais claro adiante como se deu esta influência. A multiplicidade de “narrativas e imagens” que fazem parte de um “bloco histórico” se relacionam por meio de discursos. (SANTOS; MADEIRA, 1999, p. 49).

De início, o autor nos brinda com descrições bem delimitadas dos dois protagonistas. Marcolino:

[...] trabalhava quasi sem descanso na sua lavoura, seguindo á risca os methodos e processos que lhe legaram os seus antepassados, e não admitia reformas nem preceitos que o afastassem dos seus propósitos (...) era um d’esses typos selvagens que a educação de certos dos nossos antigos agricultores, mesmo abastados, de setenta annos para traz, nos legou para nosso atrazo (GUMES, 1928/2014, p. 21).

Estes recortes de uma memória sócio-histórica sobre progresso e atraso, civilização e selvageria tal que culmine em uma naturalização sobre a educação legado de antepassados dos antigos agricultores para “um d’esses typos selvagens” e que “nos legou para nosso atrazo” é o eixo da articulação dos argumentos entre o locutor-narrador e as vozes dos personagens.

No caso que analisamos, incluímos neste mosaico um resgate do debate sobre civilizado e selvagem, progresso e atraso indiretamente resgatado por este romance e que remodela (sem obrigatoriamente redefinir) categorias e modos de lidar com a alteridade (olhar do outro) impressas no imaginário nacional desde as narrativas de viagens do período colonial e os instrumentos linguísticos fundadores de nosso processo de gramaticalização (SILVA, 2015).

Neste enquadre trazido por estes autores com que dialogamos nesta seção, inserimos esta obra de João Gumes, uma vez que traz a problemática do analfabetismo e sua possível superação como uma das marcas da identidade nacional. O discurso sobre a Pátria aparece já no prefácio. A questão do analfabetismo como “mal” a ser superado se inclui neste projeto nacional, que também é em escala mais ampla, um projeto civilizatório.

Embora não apresentemos uma seção sobre metodologia, esclarecemos que este artigo é resultado da leitura atenta de passagens da obra, e em que destacamos que a inclusão do prefácio e do epílogo como pistas e indícios (GINZBURG, 1989) que margeiam o que se considera central como dados marginais em uma narrativa e as alteridades entre várias posições enunciativas e discursivas, não coincidentes: autor, narrador, interlocutor; de modo que

essas passagens iniciais por ora destacadas nos levaram, para a próxima seção, a uma análise mais detalhada de passagens do romance e do epílogo.

3 UMA ANÁLISE DO ROMANCE LITERÁRIO OS ANALFABETOS

Silva (2015) explica que o processo histórico da alfabetização como projeto de unidade linguística e formação do Estado-nação Brasil passa por processos de significação que atravessam este objeto de estudo conforme o âmbito “[...] da ‘assimetria’, da ‘discrepância’, na relação sujeito/sentido, entre as oposições alfabetização-analfabetismo e alfabetizado-analfabeto, produzindo uma diferença: uma diferença de essência, de estado, de condição da natureza humana, mostrando os contornos de uma contradição barbárie/civilização ainda operando” (p. 46).

Este processo contraditório de produção de diferença aparece em dicionários analisados por esta autora e a nosso ver operando nos relatos do narrador, e também nos comentários do autor presentes no prefácio e no epílogo da edição pesquisada, quando, como vimos ao final da seção anterior, atrela analfabeto a selvagem.

Silva (2015), em suas análises, não aborda essas contradições por pares entre “vencedores e vencidos”, nem trata a história da alfabetização com vistas a “propor começos e fins” (p. 75). Sem detalhamento de cada uma dessas análises feitas pela autora, destacamos a definição que passa a vigorar a partir do dicionário de Moraes Silva de 1890, por ser a mais próxima da conjuntura em que foi escrita a obra de João Gumes:

[...] o analfabeto passa a ser ‘pessoa que não sabe ler e escrever’, definição que ficou, que parece estar desde sempre em nossa memória. E o analfabeto (e sua contraparte necessária, não nos esqueçamos) passa a ocupar a posição de sujeito do conhecimento, entendido como universal, transparente e permanente; e o alfabeto e a escrita como algo exterior ao falante; como categoria genérica da teorias nas quais e pelas quais, na prática científica – e na pedagógica

que nela se sustenta -, é produzida a evidência da objetividade e da transparência (SILVA, 2015, p.62).

Ou seja, àquela altura, analfabeto é sujeito sem história posto que, como mostraremos mais adiante, determinado por uma concepção a-histórica de escrita. Uma justificativa de nossa tese central é a de que no romance predomina o sentido dominante de alfabetização, leitura e escrita, legitimado por uma concepção de controle e domínio do código escrito filiado a uma perspectiva a-histórica, etnocêntrica (cuja matriz é colonialista europeia), empirista e, por vezes, até mesmo inatista.

A primeira cena do romance é desenrolada em torno do primeiro contato de Zézinho com um pedaço de papel. O menino o leva consigo até à feira, onde um dia, sem o pai, se sai melhor nos negócios. O primeiro sinal da concepção de escrita como tecnologia, como habilidade para o mérito individual, sendo este sentido decisivo para o argumento de civilização.

Seguem-se descrições de sua tentativa de escrever com carvão, ferro, com penas de aves, após uma troca ocorrida com um menino que lhe dera explicações sobre as letras a fim de decifrar o pedaço de papel. Até que um presente levado ao desconhecido, teve como troca “um livrinho de abc com explicações de seu novo amiguinho” (GUMES, 1928/2014, p. 29).

Todo o mistério do contato com a escrita, escondido do pai, o qual desconfia e passa a não lhe enviar sozinho e com frequência à feira, culmina em duplo aspecto deste contato com as letras: de iluminação decorrente de seu modo de nelas se refugiar em função da escuridão dos castigos do pai à iluminação que culmina em sua transformação, pois a condição é, na voz do narrador, ora um cego, cuja deficiência é física ou do espírito, ora uma anomalia moral:

(1) [...] não se esquecia de seu livresco e de rabiscar os seus gatafunhos quando podia illudir a vigilância de seu pae e de seus

irmãos (...) Uma noite ao agasalhar-se no seu leito grosseiro, que não passava de um giráo, o nosso menino procurou como era-lhe habitual, o livrinho que sempre trazia occulto n'uma especie de algibeira (...) Palpando aquellas paginas encardidas que já lhe eram tão conhecidas uma a uma, sentia communicar-se-lhe um certo deleite, um reanimo que lhe acalentava, que lhe illuminava o espírito alargando a sua visão sobre o futuro em fora desvendando-lh'ó risonho, feliz, de uma serenidade que o enlevava e fazia-lhe esquecer a pesada e mortificante labuta que tanto o affligia e torturava, não porque lhe repugnasse o incessante trabalho, mas pelo terror que lhe inspirava a tyrannia e injustiça de Marcolino, que nunca lhe dispensava um carinho, um afago (GUMES, 1928/2014, p. 36)

A escuridão da noite, momento de introspecção na intimidade e na privacidade, o alcance do “livresco [...] livrinho [...] lhe iluminava o espírito alargando sua visão sobre o futuro”. O alcance da iluminação do espírito deixa implícito um passado obscuro. A leitura traz prazer individual (deleite) e traça um par de opostos: a “pesada e mortificante labuta” da “tyrannia e injustiça” do pai *versus* “um carinho, um afago”.

O que aparece na reflexão do narrador é uma concepção de leitura (simbolizada pelo livro) que civilizaria contra a tirania, porque driblaria a injustiça e a tortura. São ideais iluministas postos em questão, e em que o prazer da leitura (“sentia comunicar-se-lhe um certo deleite”) é posto como pareado com “carinho” e “afago”. Esta humanização do livro e da leitura compuseram um ideal romântico de leitura.

É sabido que o caráter esclarecedor (iluminação) das Enciclopédias é uma das decorrências do Racionalismo francês, sobretudo, após o século XVIII. Em periódicos no século XIX aparecem notícias sobre enciclopédias e dicionários que, por sua vez, trazem noções a serem cultivadas por eruditos e amantes das letras. Os ajustes entre fracionamentos e compilações destes livros volumosos, em função de problemas editoriais e de comercialização, não

impediram de afastar os diversos novos formatos das enciclopédias da continuidade deste caráter (MOLLIER, 2013).

Todavia, o Enciclopedismo, no século XIX, passa a novo formato em relação ao século XVIII. Isto porque diversos grupos (positivistas, católicos, socialistas, burgueses) podiam lidar com o caráter coercitivo das compilações ou disciplinar seu conhecimento por meio do desejo de conhecer. Pierre Larousse foi um dos que conduziu esta nova moral da leitura, o prazer. A aparente neutralidade do saber dá lugar ao espírito “laico, militante, republicano e apaixonado” (MOLLIER, 2013, p. 151) do leitor.

A crença em iluminar o espírito também aparece em:

- (2) O analfabetismo, que é a cegueira do espírito, o impeço o mais prejudicial ao desenvolvimento d’elle, porque lhe tolhe o mais simples e comezinho conhecimento dos homens, dos meios de evitar os perigos a que nos podem arrastar os máus, dos deveres e obrigações do individuo como parte integrante da collectividade; é um dos maiores males que affligem a humanidade (GUMES, 1928/2014, p. 252).

Ocorre que a cegueira não é posta apenas como metáfora iluminista; ela é “um dos maiores males que affligem a humanidade”. Este grande mal se subdivide em defeito físico e moral. É o que vamos demonstrar mais abaixo em outras passagens. Com esta, gostaríamos apenas de destacar a noção de “um dos maiores males”, pois retornaremos a este ponto.

Aparece também como anomalia social, o que evoca a conjuntura da época, em que as disfunções sociais passam a ter caráter de desvio da norma, porque fogem da normatividade e dos padrões de anormalidade, como o fizeram Cabanis (CANGUILHEM, 2014), Galton (MASIERO, 2005) ou mesmo Gall, Broca, Lombroso (GINZBURG, 1989). É um defeito inato, físico e/ou do espírito.

É o que continua a aparecer, posto que se por um lado o analfabetismo é retratado como cegueira do espírito, por outro, aparece como doença ou deficiência de nascença, na linha de uma anormalidade como quando padre Murta testemunha na delegacia e diz:

- (3) Que o analfabeto é um cego de nascença que caminha desencalmado para o abysmo da sua ruina physica, para o abysmo terrivel que diante delle se acha escancarado á sua espera e que elle não vê, não conhece, não procura evitar. Que o conhecimento do alphabeto abrir-lhe-a os olhos... (GUMES, 1928/2014, p. 140)”

Ratificamos Reis (2010) quando alerta que “As *práticas higienistas* também estiveram presentes na produção escrita de Gumes, como a descrição dos hábitos culturais da população do campo” (p.153). É o que vemos em outra passagem da defesa de Zézinho feita pelo padre Murta:

- (4) Demonstrou claramente que o nosso atrazo economico e tantos perigos que ameaçam a nacionalidade têm por causa essa praga terrivel e vergonhosa, muitas vezes ameaçadora da vitalidade nacional que a lepra, a tuberculose e tantos outros males physicos, mesmo que estes têm por causa primacial a crassa ignorancia que medra entre nós para nosso vilipendio (GUMES, 1928/2014, p. 140)

“Atrazo economico” resgata novamente a concepção de leitura para mérito individual e remete ao referencial europeu presente na obra. Depreendemos que as reflexões em tela tomam indiretamente como referência a ascensão da alfabetização, já ocorrida na Europa nos séculos XVII e XVIII e com a febre da leitura de romances do século XVIII para XIX, século este em que há maior democratização das edições, das bibliotecas, das livrarias fomentando as leituras de massas (LYONS, 2012). O atraso brasileiro é assim indiretamente atestado.

Em decorrência do ideal romântico, o investimento de afeto no objeto livro prossegue em volto na fantasmagoria do presença/, mesmo na ausência do pai, como lembrança na hora de dormir:

- (5) sobressaltos e inquietações que chegavam ás fronteiras do terror, quando se lembrava de seu pae, que se lhe afigurava agora, n’uma visão subjectiva, mais severo ainda, mais furibundo que de seu habito, tendo na sinistra o livrinho que achava, apresentando-o como prova flagrante da desobediencia do filho aos seus preceitos e determinações; “como prova incontestavel, irrefragavel do incipiente lettrado que desprezava a modesta mas proveitosa profissão de seus honestos antepassados, para se occupar com leituras, cousas proprias de vadios e ociosos”. E, na direita via o *corrião* ameaçador, esse emblema do despotismo que procura escravizar a alma torturando o seu induvio transitorio e contingente” (aspas e itálico no original, GUMES, 1928/2014, p. 38).

O desprezo pela “modesta mas proveitosa profissão de seus honestos antepassados” também é uma voz de autoridade para atestar um desvio moral. A leitura traz progresso para o país e sucesso individual, mas não pode desprezar a honradez dos antepassados.

Outra voz que traz um código moral de conduta para a interface com a escrita é a que atribui a leitura a “vadios e ociosos” e para a qual a correção seria o “corrião”. O sujeito narrador apresenta este código moral de forma indireta na voz do personagem Marcolino e segue:

- (6) Era um livro! O leitor avalia a surpresa que se apoderou do nosso tabaréu. Um livro n’aquellas alturas! Quem seria o atrevido que ousava trazer alli um objecto que lhe causava tanta repugnância! [...] mas lembrou-se que aquella prova do crime de seu filho devia ser presente a sua mulher [...] Zezinho estava no caminho da perdição; Torquata não podia deixar de concordar com ele” (p. 49) [...] o perigo que corria o filho tomando o caminho das leituras patrocinado por sua mãe (p.53) [...] a idéa de aplicar uma sova dobrada no Zezinho, pois si os delictos eram dous: - o de levantar com sol e que ficou impune, e o de andar com livros – duplo devia ser o castigo em boa logica. [...] os brutamontes, por maior que fosse a sua sofreguidão em castigar o filho por estar se ‘viciando com leituras’ e ‘esquecer-se’ de accordar cedo (GUMES, 1928/2014, p.55).

O “crime” ou “delito” da leitura, materializado no vício (“castigar o filho por estar se viciando com leituras”) na voz deste mesmo personagem continua a recortar um imaginário sobre degeneração moral da conjuntura da obra.

O coronel Fidelis manifesta outras vozes de combate ao vício e ociosidade da leitura, quando expressa que não gosta que os trabalhadores deixem os afazeres para ler: “- Há seus inconvenientes” [...] Admitto que leia [...] mas de modo que não prejudique o serviço [...]” (GUMES, 1928/2014, p. 176).

No imaginário do senso comum, é sabido, esta inviabilidade de considerar o trabalho intelectual como trabalho alienado ainda persiste arraigada. O serviço é braçal, leitura é prazer ligado a vício; questão de ordem moral. Serviço de verdade é o braçal, não pode haver trabalho com a leitura.

Assim como deficiência física é atributo inato, o inatismo como crença na degeneração mental e também moral do higienismo inclui uma natureza pervertida e contrária à civilização por parte do degenerado (CARRARA, 1998). O aprimoramento não apenas físico, mas também moral, fazia parte do projeto eugenista que se enlaça com o higienismo daquela época. A prévia formação profissional dos imigrantes por exemplo era ponto favorável ao passar por este crivo da boa moral (MASIERO, 2005). Estes desdobramentos da tese de que há aspectos de higienismo na obra do romancista, trazida por Reis (2010), podem assim ser mais detalhados especificamente no romance aqui analisado.

O destaque para o analfabetismo como “um dos maiores males que afligem a humanidade” visto em (2) passa ser nosso próximo ponto da análise. Em (7) e (8) temos a descrição deste grande mal; o que também aparece na voz do Coronel Fidelis quando afirma “Quero abrir uma luta contra o analfabetismo que, como disse o Padre Murta, é a causa maior dos nossos males” (p. 229).

Em (9), veremos o alerta para o que pode ser um mal ainda maior. E em (10) e (11) possibilidades de regeneração. Na linha da conjuntura da época,

marcada pelo debate sobre as possibilidades de regeneração do degenerado, vejamos como esta união de reflexões na voz do narrador constrói este percurso.

- (7) Marcolino não era tão mau como á primeira vista parecia; era apenas uma das muitas victimas que produgenda ignorancia, o desconhecimento completo da sociedade uma educação grosseira e eivada dos mais absurdos preconceitos e, alem de tudo, o analfabetismo, que nos priva de, mesmo segregados do meio social, termos informações da diversidade de caracteres que compõem a collectividade, dos perigos que devemos evitar e de como devemos nos conduzir – segundo pensa o bom meio consciencioso e correcto, esse núcleo que é o desabrochar da nossa futura civilização e felicidade (GUMES, 1928/2014, p.63).

O “mau” reside no indivíduo (“Marcolino não era tão mau”). Esta reparação para que este possa compor a “collectividade” deve vir de um “bom meio consciencioso e correcto” por meio da extirpação do analfabetismo. A influência de um ambiente bom em um indivíduo mau é outra marca do determinismo na obra.

Não podemos deixar de destacar que o romance em análise foi publicado apenas um ano depois da I Conferência Nacional de Educação, em 1927, em Curitiba-PR. Abreu Junior e Carvalho (2012) destacam que naquela ocasião onze teses sobre educação, higienismo, moral e patriotismo solidificaram um período de ebulição de um discurso pedagógico nacional. A missão de formar cidadão republicano civilizado e antenado com saúde e trabalho seria a base para unidade nacional. Os autores também ensinam que a Educação foi colocada em destaque para veicular o projeto higienista europeu implantado no Brasil; amalgamados em ideais patrióticos e morais, de que fazem parte ideais considerados salvacionistas para o povo brasileiro.

Uma lógica de reconstrução nacional para uma população que se supunha claramente com fragilidades morais (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012), como se nota, é herdeira de princípios das teses de degeneração moral

pautadas pela eugenia (MASIERO, 2005). Esta última incluía o modo como a obra em questão trata da alfabetização se filia ao salvacionismo nacional.

Mas teria solução, uma das soluções, como aparece em (8), (9) e (10), pela voz do narrador:

(8) “Alfabetizado, o homem tem conhecimento da Pátria e das suas necessidades; conhece pelas leituras os preceitos de hygiene physica e moral, e receioso de perder-se, premune-se contra os males possiveis que nos assediam prompts a assaltar-nos logo que um descuido, por mais insignifncante que seja, abra-lhes a porta. (GUMES, 1928/2014, p. 141).

(9) “Para que o homem se alfabetize, é preciso, é indispensavel que conheça as vantanges do saber ler e, em consequência, tenha vontade d’isso. A causa d’essa ignorancia crassa do nosso povo é a refractariedade d’elle em geral ao aprender a ler. Seria preciso, pois que, primeiro, as classes cultas procurassem vencer essa rebeldia, curassem essa terrivel enfermidade que solapa o edificio nacional lenta e insidiosamente. Vemos n’esta nossa despretensiosa narração um espirito de eleição como o de Zézinho, que já traz innato o desejo de conhecer o alfabeto, que é a porta por onde nos encarreiramos no domínio do saber mas, alem de que nascem as mais das vezes em meios onde medra completa ignorancia, nelle encontram a opposição d’aquelles que por eles são responsáveis, e nem todos esses aspirantes congenitos ao saber terão a coragem e deliberação do nosso heróe”. (GUMES, 1928/2014, p.151).

(10) “É preciso que uma inspeção regular e bem dirigida seja feita nos lugares mais escusos onde serão encontradas crianças de talento e aptidões precoces que devem ser aproveitadas pelos poderes publicos, como gemmas preciosas que estão no caso de serem lapidadas e dirigidas, e que, como semente de valor, colaborarão na obra do progresso intellectual e moral com muito proveito para a nação” (GUMES, 1928/2014, p. 151).

Saber “os preceitos de hygiene pshysica e moral” é cumprir o compromisso com a “Pátria” (8). Mas depende de um ajuste moral individual, como tratamos anteriormente. Isto porque necessita saber das “vantagens do saber ler” e ‘tenha vontade d’isso” (9). A degradação moral, marcada pela “rebeldia” do “povo” seria resolvida pelas “classes cultas”. Vale destacar que alguns, como o protagonista Zezinho trazem “innato o desejo de conhecer o alfabeto”. O viés inatista na voz do narrador também se filia ao modelo

higienista da conjuntura em questão. Aspectos “congenitos” como “aspirantes congenitos ao saber” também fazem coro aos determinismos aqui debatidos incluindo, novamente, a suposta carência ambiental (“meios onde medra completa ignorancia”). O viés inatista para o higienismo proposto também pode focar os que teriam “talento e aptidões precoces” (10), tendo em vista o progresso “intellectual e moral” da nação.

O arremate da reflexão sobre o mal vem do epílogo da narrativa. Agora é o próprio autor:

(11) Levou-nos a escrever isto quando se levanta em todo o paiz um grande clamor contra o analphabetismo, considerado uma das causas primordiaes de nosso atrazo, sem que se procure examinar as causas do seu assustador crescendo n'estes altos sertões. Que seja elle uma das mais poderosas causas dos nossos males, sinão a mais poderosa, não se pode negar; mas não basta que sejam creadas escolas por todos os cantos do paiz para que seja debellado um mal que tão profundas raizes tem lançado no seio da nossa nacionalidade; um mal muito mais radicado entre nós do que a hypohemia intertropical, que se procura combater nas suas causas; porque este mal physico não é tão generalizado como o outro e medra prejudicialmente em certas regiões porque a ignorancia crassa dos seus habitantes não lhe avalia as consequências. E preciso, antes que tudo, que se desperte no povo a vontade de aprender (GUMES, 1928/2014, p. 421).

No epílogo, em “se levanta em todo o paiz um grande clamor contra o analphabetismo”, o autor se refere às campanhas contra o analfabetismo à época (SILVA, 2015; ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012). Em se tratando de “sinão, a mais poderosa” causa de “nossos males”, o analfabetismo teria raízes para além da questão da escolarização. Estas “profundas raizes” é um mal que pode ser análogo a uma doença tropical (“hypohemia intertropical”), mas mais generalizado porque depende da continuidade do projeto de reparo moral, despertar no “povo a vontade de aprender”. Em suma, o analfabetismo é mais poderoso do que se pensa porque depende de despertar “no povo a vontade de aprender”.

Esta prontidão para aprender, portanto, somente seria alcançada pelo reparo moral que inclua outro caminho para a “vontade”. Trata-se de uma divagação não neutra, mas alinhada ao modelo eugenista e higienista, sobretudo, porque atribui a “certas regiões” maior grau de severidade.

É sabido que a divisão geográfica no arcabouço das diversas estratégias eugenistas e do darwinismo social procuraram relações de causa e efeito diretamente ligadas ao pertencimento geográfico e racial (MASIERO, 2005); é o que vemos em “altos sertões” e “seio da nossa nacionalidade”. O primeiro evoca inclusive a suposta inferioridade racial do sertanejo, um dos pontos de destaque da eugenia brasileira e o segundo ponto mostra um patriotismo higienista.

Também no epílogo, em (11) e (12), é o autor quem fala de um tipo de analfabetismo, ainda vinculado à degradação moral:

(12) mesmo aquelle que tenha alguma tinta de leitura, não procura ler, não deseja instruir-se mesmo n’aquillo que concerne á sua profissão. Apenas rabisca um bilhete, uma carta, quando urgido pela necessidade, com uma calligraphia e uma ortografia tão arrevezada, que, muitas vezes dão lugar a erros e confusões. Este analphabetismo – porque esses taes apesar de se considerarem entendidos nas letras e até respeitados e procurados pelos visinhos para lhes fazerem um escripto – é muito mais perigoso que o absoluto (p. 422).

O problema moral da vontade persiste, como se nota em “não deseja instruir-se”. A concepção de leitura é aqui a individualista e restritiva utilitarista (TOFUNI, 2009), sendo que mesmo quando atinge um mérito moral (sabe ler, porque tem “alguma tinta de leitura”) não alcança o que seria uma espécie de próximo degrau moral: a leitura para o trabalho, porque “não deseja instruir-se mesmo n’aquillo que concerne á sua profissão”. O alerta, ao final, “e até respeitados e procurados pelos visinhos para lhes fazerem um escripto – é muito mais perigoso que o absoluto” faz alusão aos enganos sofridos por Marcolino por parte do vizinho e compadre André, como segue em (13)

(13) Si estes ignorantes, que suppõem saber ler, avaliassem a que riscos se expõem quando procuram levar ao papel o seu pensamento, quasi sempre deturpado e oposto aos seus desejos; si,

lisonjeados por outros mais ignorantes do que eles, não se mettessem até a lavrar escriptos privados de venda e de credito, quanto litígios não se evitaria; quantos prejuízos, ladroeiras e outros males não se desapareciam! Marcolino regenerou-se, convenceu-se, o que talvez o leitor extranhe. Mas o nosso lavrador era um homem probo e laborioso que, desconfiado da sociedade por índole e pela educação que recebeu; da sociedade que, verdade, acha-se pervertida até o âmago, suppunha que o saber ler era a causa dessa perversão”. (p. 422).

Uma vez que “lisonjeado por outros mais ignorantes do que eles”, os analfabetos como no caso de Marcolino, podem ser enganados por analfabetos piores, como André. Embora este último soubesse ler, o autor categoriza um analfabetismo pior, do ponto de vista moral, aquele em que o sujeito comum afirma entender algo, mesmo sem entender; ou que faz um uso perverso da leitura para enganar um analfabeto. Em uma espécie de escala moral, apesar de ler, André estaria em uma condição pior de analfabetismo, posto que maior de degradação moral.

Um último ponto a ser considerado remete à abordagem da escrita como decifração. Em duas passagens mais sutis e uma em destaque (14), notamos que há uma reflexão sobre arte rupestre ou escrita pictográfica, como outros tipos de escrita. Esta reflexão se inicia quando é descrito pelo narrador o contato de Zezinho com a escrita: “...como Champollion sentia-se attrahido por aquillo, chegava a sonhar com aqueles signaes exquisitos” (GUMES, 1928/2014, p. 28). Aqui o narrador se refere a Champollion que decifrou a pedra de Roseta em Escritura hierática (um tipo de hieróglifo egípcio), egípcio demótico e grego antigo (FISCHER, 2009).

Esta reflexão que parece de vanguarda porque remete a uma natureza mítica da escrita (KRISTEVA, 1969) e que contrasta com a concepção de escrita e leitura como decodificação de letras grafadas e com o predomínio de uma concepção logocêntrica e alfabética retorna ao longo do romance. É o que vemos em:

(14) Torquata entregou o papel, no qual se viam rabiscos grosseiros. Marcolino pôz-se a examinar aquilo; talvez o fizesse pela primeira vez em sua vida. – Mas quanta bobagem fizeram aqui! Parece aquella lapa das “Varges”. La, pelas paredes até em cima, tudo está cheio desses riscos. Tem passarinhos, cobras, emas, cabeça de gente e tanta diversidade de coisas que me admirou. Dizem que foram os tapuyas que fizeram aquilo, mas ninguém sabe o que quer dizer (GUMES, 1928/2014, p.83/84).

Dissemos que aparenta vanguarda, porque reside na voz do narrador uma reflexão etnocêntrica. A retroação entre “riscos” no “papel” e na “lapa” e “rabiscos grosseiros” indica este etnocentrismo. Os traços são atribuídos aos “tapuyas”. Portanto, considera que sua escrita é um aglomerado de “rabiscos grosseiros”.

A escrita que se supõe dos tapuyas está à margem porque predomina o valor de civilizado como escolarizado e urbanizado. Este debate é caro aos estudos sobre história da escrita. A representação da ausência do Outro em bases materiais não se pode supor mais avançada do ponto de vista do desenvolvimento do pensamento lógico ou da representação do outro (KRISTEVA, 1969; FISCHER, 2009; TFOUNI, 2009)

Todavia, a reflexão construída pelo narrador, neste romance de ficção, faz predominar uma visão etnocêntrica e higienista, antenada com alguns ideais do autor (como vimos no prefácio e no epílogo) e com a conjuntura da época.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento civilizatório sobre alfabetização, leitura e escrita analisado nos destaques da obra e que atravessam as vozes do autor, narrador e dos personagens estavam antenados com o projeto higienista de pátria e nação da época.

Como ficou demonstrado, parte desta filiação àqueles ideais foram detalhados em termos da atribuição de habilidades ou deficiências físicas, de

natureza moral e ambiental ou etnocêntricas baseadas no par oposto entre selvagem e civilizado, como vimos em (14). Em algumas destas, podemos reconhecer repercussões mais atuais.

É o caso do reforço destas teses presentes em (9) e (10) que, no imaginário comum atravessa o século XX e fortalece as teorias do déficit/carência cognitiva e cultural. A circulação de folhetins romanceados e de comentários como os do autor aqui analisado nos prefácios e epílogos também podem ajudar a explicar como estas teorias importadas fincaram raízes no Brasil.

Todavia, não se trata de analisar a obra em uma grade corretiva ou de ajuizamento moral, mas com o distanciamento histórico e respeitando seu valor artístico, como pontos decisivos. Para nossa análise foram considerados meandros sutis do que foi possível articular naquela conjuntura sobre o tripé em questão.

Respeitadas as nuances de quem, por que e como fala, situados em um romance de ficção, mesmo as falas do autor foram analisadas a partir daquela conjuntura, apontando para outros caminhos possíveis para se debater a relação entre Literatura, História, Cultura e Sociedade, quando se trata de temas de interesse coletivo e público, como alfabetização, analfabetismo, leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, L.M.; CARVALHO, E.V. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). Revista HISTEDBR online, Campinas, n. 45, 2012, 62-77.

AMADO, R. Antonio Candido e o romance de 30: O olhar do crítico sobre o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação de uma voz literária. Revista Crioula, [S. l.], v. 1, n. 22, p. 102-117, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2018.150799. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/150799>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 7ª ed. (M.T.R.C. Barrocas, trad.) Rio de Janeiro/RJ: Forense universitária. (Original publicado em 1966). 2014.

CARPEAUX, O. M. Literatura burguesa. In.: O. M. CARPEAUX. O Realismo, o Naturalismo e o Parnasianismo por Carpeaux – o romance burguês, darwinismo e fatalismo, o romance psicológico, o século XIX. (Coleção História da Literatura Ocidental, vol. 7). 2012. p 18-156.

CARRARA, S. Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro/RJ: EdUERJ. São Paulo/SP: EdUSP. 1998.

GINZBURG, C. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1989.

GUMES, J. Os Analphabetos. Salvador/BA: Ed. da UNEB. 1928/2014. 442 p.

HANSEN, J.A. Uma fala sobre falas. In.: J A HANSEN. O ó: a ficção da literatura em Grande Sertão: Veredas. 1ª.e.d. São Paulo/SP: Hedras, 2000, p. 19-39.

FISCHER, S. R. História da escrita. São Paulo/SP: Ed da UNESP. 2009.

KRISTEVA, J. História da Linguagem. Lisboa, PT: Editora 70. 1969.

LYONS, M. Historia de la lectura y de la escritura en el mundo occidental. 1ª.ed.: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ampersand, 2012.

MASIERO, A. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). Estudos de Psicologia, v. 10., n. 2, 2005, 199-206.

MOLLIER, J-Y. La lectura y sus públicos en la Edad Contemporánea: ensayos de historia cultural en Francia. 1ª.ed.: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ampersand, 2013.

NOGUEIRA, M.L.P.S. A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto sertão baiano, 1897-1930). Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2010. 171f.

PIRES, M.F.N. « Hommes des lettres » na « corte do Sertão » : João Gumes e a escrita social. Veredas da História. V. 4, n. 2, 2011, 151-169

REIS, J.P.M. Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité/BA, 1897-1928). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, Belo Horizonte. 2010. 195f.

SANTOS, M.V. M; MADEIRA, M. A. Leituras brasileiras – itinerários no pensamento social e na Literatura. 2ª. Ed. revista. São Paulo/SP: editora Paz e Terra. 1999.

SILVA, M.V. História da alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização. Campinas/SP: Ed da Unicamp, 2015.

SILVA, M.L. Personagens analfabetos: de percursos sociais ao romance de João Gumes. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos/SP. 2018. 150f.

TFOUNI, L.V. Letramento e alfabetização. 9ª.ed. São Paulo/SP: Cortez, 2009.

Recebido em 29/07/2023.

Aceito em 25/04/2024.